

Páginas Revolucionárias: A Revista *Che Guevara* e a Defesa da Luta Armada e do Internacionalismo Latino-Americano na Década de 1970

Izabel Priscila Pimentel da Silva*

Inseridas nos novos horizontes historiográficos, as pesquisas referentes à História da América contemporânea têm frequentemente eleito os periódicos como objeto de estudo ou, como em nosso caso, recorrido ao seu conteúdo enquanto fonte para a compreensão de diferentes épocas. Nesse sentido, estes estudos passaram a encarar os impressos não somente como um registro de eventos, mas, como apontou o historiador Robert Darnton, enquanto uma “força ativa na história”¹, que atua como um dos ingredientes do processo social.

Assim sendo, além de documentos de uma época, estes periódicos também atuam como *sujeitos históricos*, que revelam os conflitos e as experiências vivenciadas pelo grupo ao qual cada um deles está relacionado e aos que se destinam. Segundo Alzira Abreu, mais que mero veículo de comunicação, a imprensa deve ser entendida como uma força ativa dentro da sociedade, que revela as transformações sociais e a complexidade do contexto em que se insere, interagindo com elas.²

Dentro dessa perspectiva, ao encarar os periódicos como “espaço privilegiado de elaboração de ideias, projetos e embates, em contato com outras instâncias e atores coletivos”³, o presente texto visa esboçar uma breve reflexão sobre a revista *Che Guevara*, órgão oficial da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, organização que reuniu quatro dos mais significativos grupos da esquerda armada na América do Sul na década de 1970. Através das páginas desta revista, é possível apreender as principais características das organizações armadas sul-americanas e suas propostas revolucionárias, bem como vislumbrar o *horizonte de expectativa* que motivava os grupos guerrilheiros e que, por sua vez, marcou de forma indelével os anos 70 do século XX na América Latina.

Nas trilhas de Guevara: A *Junta de Coordinación Revolucionaria*

“A la estrategia internacional del imperialismo corresponde la estrategia continental de los revolucionarios”.
Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR)⁴

O cenário político da América do Sul foi marcado, ao longo das décadas de 1960 e 1970, pela emergência de ditaduras militares e pela ascensão de diversas organizações revolucionárias, que se

caracterizaram por uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, pela valorização da ação e pela defesa da luta armada. Estas organizações, apesar de suas especificidades, também possuíam similitudes teóricas e práticas e, além disso, procuraram estabelecer articulações guerrilheiras, esboçando tentativas (na maioria dos casos, fracassadas) de efetivar um internacionalismo revolucionário na região. Nesse sentido, a formação da *Junta de Coordinación Revolucionária* (JCR) representou o auge do internacionalismo revolucionário na América Latina na segunda metade do século XX.

As origens dessas propostas internacionalistas remontam ao pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, para os quais o internacionalismo era a peça central da estratégia de organização e luta dos trabalhadores. No contexto latino-americano, as propostas de internacionalismo revolucionário, próprias do socialismo, ganharam forte ímpeto após a vitória da Revolução Cubana em 1959. A vitória dos “barbudos” de *Sierra Maestra* inspirou fortemente as esquerdas latino-americanas. Acima de tudo, a Revolução Cubana tornou-se um modelo a ser seguido.

Já em Cuba, como analisou Denise Rollemberg, tornou-se primordial a questão de *exportar a revolução*, não só numa perspectiva de internacionalismo revolucionário, mas também, e sobretudo, como forma de sobrevivência e consolidação da revolução na própria ilha.⁵ O maior símbolo ou aquele que melhor encarnou a proposta de *exportação da revolução* foi Ernesto “Che” Guevara. Após consagrar-se como um dos principais líderes da Revolução Cubana e depois de passar anos morando em Cuba, “Che” renunciou seus cargos no alto comando do novo governo cubano para levar a revolução a outros povos. Em 1965, Guevara deixou Cuba e partiu em uma missão clandestina para dirigir um grupo de cubanos que apoiavam os revolucionários no Congo. Contudo, a iniciativa fracassou. Já em 1966, partiu rumo à selva boliviana, onde esperava contar com o apoio dos camponeses. No ano seguinte, fundou, na Bolívia, o Exército de Libertação Nacional (ELN), no qual militavam bolivianos, cubanos e peruanos, dispostos a espalhar a revolução pela América do Sul. Após intensos combates, em condições cada vez mais adversas, a guerrilha fracassou e Guevara foi finalmente capturado em 08 de outubro de 1967. Ao ser interrogado sobre sua nacionalidade, respondeu: “Sou cubano, argentino, boliviano, equatoriano...”. No dia seguinte, foi assassinado. Morria o maior símbolo do guerrilheiro sem pátria, da revolução sem fronteiras.

Apesar de sua morte e do fracasso de seu projeto revolucionário internacionalista, as palavras, as ideias, o exemplo de “Che” Guevara e sua perspectiva de uma revolução para além das

fronteiras nacionais continuaram vivos nos corações e mentes dos revolucionários latino-americanos. Em mensagem enviada à conferência tricontinental, Guevara incentivou a criação de “dois, três, muitos Vietnãs” e conclamou os grupos armados da América Latina a “*formar uma espécie de Junta de Coordenação* para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo yanque e facilitar a própria causa”.⁶

O ponto de partida para a formação de uma “junta de coordenação” entre grupos da esquerda sul-americana foi o contato com os sobreviventes cubanos do Exército de Libertação Nacional da Bolívia, que, após o fracasso da guerrilha guevarista, conseguiram chegar (clandestinamente) ao Chile, onde receberam todo o apoio dos principais grupos da esquerda chilena, em especial do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Desde então, os militantes do ELN mantiveram contatos sistemáticos os *miristas* chilenos e com militantes de outras organizações da esquerda armada sul-americana⁷, como os uruguaios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* e os argentinos do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP).⁸

No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam “hermanas”, começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as principais lideranças do MIR, do ERP e do MLN-Tupamaros. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de “Che” Guevara. Em uma segunda reunião realizada em junho de 1973, desta vez na cidade argentina de Rosário, o ELN da Bolívia – que até então só mantinha conversas bilaterais com as outras três organizações, mas contava com grande prestígio e força simbólica por ser representante da guerrilha iniciada pelo próprio Guevara – foi formalmente integrado à recém-fundada Junta de Coordinación Revolucionaria.⁹

Após os golpes militares no Uruguai (1973), no Chile (1973) e na Argentina (1976) e a efetivação do *Plano Condor* – uma aliança secreta entre os governos militares de Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil, que consolidou a internacionalização da repressão – as organizações membros da JCR foram duramente atingidas e seus militantes remanescentes partiram para o exílio, espalhando-se pela Europa, México e Cuba. Entre 1976 e 1977, intentou-se reorganizar a Junta de Coordinación Revolucionaria no exílio, através de comitês organizados pelos militantes exilados primeiramente na Europa e depois no México. Mas as tentativas de reorganização fracassaram, sobretudo porque esbarraram nas fragmentações políticas das próprias organizações que integravam a Junta. Assim sendo, os conflitos internos das organizações membros da JCR, que dissolveram seus laços de cooperação, foram determinantes para a desagregação da organização.

Além disso, no que tange ainda aos fatores que levaram à desestruturação da JCR deve-se ressaltar que o desenvolvimento da coordenação militar, logística e ideológica desta organização na América do Sul correspondeu ao crescente isolamento dos guerrilheiros nos contextos sociais em que estavam inseridos. Ao almejam um internacionalismo revolucionário, as organizações que integravam a *Junta de Coordinación Revolucionaria* não conseguiram estabelecer laços sólidos com as sociedades que sonhavam transformar.

Imprensa Revolucionária: A Revista *Che Guevara*

“O jornal é o lugar de transição entre a teoria pura e o apelo à ação. Cada artigo converte a teoria em palavras de ordem e em consignas exatas”.

Vladimir Lênin¹⁰

No contexto de radicalização política da década de 1970, com o avanço das esquerdas armadas, o cenário latino-americano também foi incendiado pela circulação de jornais e revistas das organizações clandestinas, que defendiam abertamente a luta armada e propagandeavam suas ações revolucionárias. Nesse artigo, nosso olhar enfocará a dimensão política da revista *Che Guevara*, órgão de divulgação da *Junta de Coordinación Revolucionaria*. Por dimensão política, entende-se:

(...) a crítica contundente ao presente, a contestação da realidade existente, a intenção de destruir a sociedade vigente, bem como a colocação de um ideal, a exposição de uma visão de mundo, a construção mental de um mundo alternativo, enfim, a anunciação de uma outra sociedade (...).¹¹

Configurando-se como “espaço privilegiado de crítica social e de projeção de um ideal”¹², este periódico atuou como veículo de divulgação de propostas internacionalistas revolucionárias da JCR, que se inspiravam nas ideias de Che Guevara, considerado o ícone dos projetos guerrilheiros que ultrapassaram fronteiras nacionais. A revista teve apenas três números, publicados de forma irregular em novembro de 1974, fevereiro de 1975 e outubro de 1977, respectivamente. Aliás, a imprensa revolucionária, de uma forma geral, teve “sua periodicidade comprometida pelo conteúdo publicado que contrariava as regras impostas pela censura oficial”.¹³

O primeiro número de *Che Guevara* apresenta a proposta editorial do periódico, que deveria atuar como um mecanismo de propaganda e agitação revolucionária:

Nas páginas desta revista desnudaremos e atacaremos o capitalismo e o imperialismo; exporemos e desenvolveremos as perspectivas revolucionárias, as análises, argumentos e experiências das organizações e militantes revolucionários de distintos países (e principalmente latino-americanos); se analisará a realidade estrutural e conjuntural-econômica, geopolítica e social destes países; se comentará as características das lutas populares e das suas organizações em constantes batalhas pela sua libertação.¹⁴

Esta edição também reproduz o comunicado *A los pueblos de América Latina*, onde se anunciava a formação da *Junta de Coordinación Revolucionaria*:

O Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros do Uruguai, o Movimento da Esquerda Revolucionária do Chile, o Exército de Libertação Nacional da Bolívia e o Exército Revolucionário do Povo da Argentina assinam a presente declaração para dar a conhecer aos operários, aos camponeses pobres, aos pobres da cidade, aos estudantes e intelectuais, aos aborígenes, aos milhões de trabalhadores explorados da nossa sofredora pátria latino-americana, a sua decisão de unir-se numa Junta de Coordenação Revolucionária. Este passo importante é o produto de uma necessidade sentida, da necessidade de fazer a coesão dos nossos povos no campo da organização, de unificar as forças revolucionárias para fazer frente ao inimigo imperialista, de travar com maior eficácia a luta política e ideológica contra o nacionalismo burguês e o reformismo. Este passo importante é a concretização de uma das principais ideias estratégicas do comandante Che Guevara, herói, símbolo e precursor da revolução que tende a retomar a tradição fraternal dos nossos povos que souberam irmanar-se e lutar como um só homem contra os opressores do século passado, os colonialistas espanhóis.¹⁵

Num contexto em que as ditaduras sul-americanas intensificavam suas redes de colaboração e delineavam a internacionalização da repressão, a JCR defendia o internacionalismo revolucionário, nos moldes das ações e palavras de Che Guevara, o símbolo máximo da revolução sem fronteiras e que significativamente batizava sua revista. E para além do combate às ditaduras militares que se alastravam pela América Latina, este periódico, enquanto portavoz de uma organização revolucionária internacionalista, conclamava os povos latino-americanos a lutar contra um inimigo em comum: o imperialismo dos Estados Unidos, que, numa alusão ao passado colonial, atuava como uma metrópole exploradora no subcontinente.

Em seu segundo número, a revista esboça um balanço da atuação das organizações integrantes da JCR na Bolívia, Argentina,

Chile e Uruguai e aponta perspectivas promissoras no que tange ao estabelecimento de contatos com outras organizações revolucionárias nos demais países latino-americanos. Era grande o otimismo revolucionário: “Imaginávamos uma espécie de Vietnã embrionário em toda a América Latina. Íamos levar a idéia da JCR ao Brasil, Peru, México, Caracas. Para nós, a revolução estava prestes a se iniciar em toda a América Latina”, relembra Luís Mattini, uma das lideranças do ERP.¹⁶

Ainda neste segundo exemplar de *Che Guevara*, destaca-se uma matéria diretamente relacionada à opção pela luta armada adotada pelas organizações responsáveis pela publicação da revista. Tratava-se do anúncio de que, após meses de trabalho, o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), com auxílio das demais organizações membros da Junta, conseguiu fabricar uma metralhadora, batizada de *JCR 1*. Ao lado de uma foto da arma, que destacava os detalhes das suas peças, a revista proclamava:

*Os povos da América concretizam assim os primeiros passos na formação de uma indústria de guerra das forças revolucionárias latino-americanas. A criação e posterior concretização material da JCR 1 é um avanço histórico da revolução. É a primeira experiência de uma tarefa de importância estratégica. Fica muito ainda por inventar, construir, produzir. Mas o caminho do auto-abastecimento de armas das forças populares está aberto e percorrê-lo-emos vitoriosamente.*¹⁷

A fotografia da arma remetia à defesa da *violência revolucionária*, que era um dos pressupostos de parte significativa da esquerda latino-americana, que se mirava em Che Guevara e Ho Chi Minh. Nesse sentido, uma das funções da imprensa revolucionária era não só fazer propaganda da revolução, mas convencer o leitor a integrar-se nesta luta política: “as mensagens veiculadas deveriam instigar comportamentos rebeldes expressando novas aspirações, desejos e projetos de vida”.¹⁸ Além da função mobilizadora, do formato, da composição, do papel e do conteúdo político, as publicações revolucionárias também se diferenciavam, segundo a historiadora Maria Luíza Tucci Carneiro, por determinadas composições discursivas “avaliadas como fórmulas do saber revolucionário como, por exemplo, o emprego dos *slogans*”.¹⁹ Nessa perspectiva, estampavam as páginas revolucionárias da revista *Che Guevara* frases como: “Não há exército, por poderoso que seja, que possa opor-se ao povo em armas!”. E ainda os *slogans* característicos de cada uma das organizações que compunham a JCR: “Victoria o Muerte!” (ELN); “Patria o Muerte Venceremos!” (MIR); “A Vencer o Morir por la Argentina!” (ERP); e “Libertad o Muerte!” (MLN-Tupamaros).

Em 1977, foi lançado o terceiro e último número da revista *Che Guevara*, cujas matérias destacavam especialmente os 10 anos da morte de Guevara na Bolívia. Ainda neste número, dentro da proposta internacionalista que guiava a JCR, os editores abrem espaço para a defesa e o apoio às lutas revolucionárias empreendidas pelo *Ejército Guerrillero de los Pobres*, da Guatemala; pela *Frente Sandinista de Liberación Nacional*, da Nicarágua; e a *Frente Popular de Liberación Farabundo Martí*, de El Salvador. Nesse sentido, é importante ressaltar que no final da década de 1970, com o refluxo das organizações armadas na América do Sul inserido no contexto de crescente e internacionalizada repressão das ditaduras militares, o eixo revolucionário deslocou-se para a América Central. Aliás, os editores de *Che Guevara* reconhecem o avanço das forças contrarrevolucionárias:

*El período actual en el conjunto del Cono Sur de América Latina está caracterizado por una ofensiva global política, económica, militar de la contrarrevolución contra la clase obrera, el pueblo, los revolucionarios y los demócratas. Por primera vez en la historia de nuestro continente una coalición contrarrevolucionaria logra extenderse de manera simultánea y coordinada sobre un conjunto tan importante de países, amenazando con prolongarse hacia la totalidad del continente.*²⁰

Ainda assim, a revista segue defendendo os pressupostos teóricos que guiavam uma parte significativa das esquerdas latino-americanas na década de 1970: “(...) hoy más que nunca, recobra su verdadero vigor el pensamiento del revolucionario de espíritu internacionalista Che Guevara”.²¹ Através dos textos da revista *Che Guevara* é possível compreender algumas das características comuns às organizações da esquerda armada no Cone Sul da América Latina. A começar por uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, condenadas por sua “ineficácia revolucionária”. Isso nos leva a outra característica da *esquerda alternativa*²² surgida na América do Sul: a valorização da *ação*. Uma das grandes acusações que se fazia aos partidos de esquerda tradicionais era a de imobilismo. Nesse sentido, as organizações dissidentes defendiam a *prática* revolucionária – partir pra ação, imediata e radicalmente, sem perder tempo com discussões que a nada levavam. Qualquer retardamento ou recuo era encarado como um ato de covardia.

Além disso, de um modo geral, a maioria dessas organizações recusava-se a estabelecer qualquer tipo de aliança com frações das classes dominantes, pois acreditava na total falta de vocação revolucionária da burguesia. Por fim, enquanto os partidos comunistas sul-americanos, de forma geral, continuavam mantendo, mesmo

depois dos golpes de Estado nos respectivos países do Cone Sul, a proposição da via pacífica para o socialismo, as organizações da chamada “nova esquerda” defendiam a *luta armada* como a principal forma de luta, embora divergissem sobre a maneira pela qual ela deveria ocorrer.

A atuação das organizações revolucionárias sul-americanas que recorreram às armas nas décadas de 1960 e 1970 também pode ser compreendida através dos conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*, formulados pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Segundo o autor, a *experiência*

*(...) é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.*²³

Já a *expectativa*, ainda segundo Koselleck,

*(...) é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.*²⁴

Para Koselleck, apesar de se relacionarem, *experiência* e *expectativa* “não são conceitos simétricos complementares, que coordenem passado e futuro como se fossem imagens especulares recíprocas”.²⁵ O autor continua:

*Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais.*²⁶

Podemos aplicar estas categorias – “experiência” e “expectativa” – aos movimentos guerrilheiros surgidos na América do Sul ao logo das décadas de 1960 e 1970. Como vimos anteriormente, a opção pela luta armada foi uma das mais marcantes características

das organizações revolucionárias surgidas neste período. Para a maioria destas organizações, o *espaço de experiência* das décadas anteriores e dos partidos comunistas tradicionais deveria ser descartado, pois, em sua ótica, o “reformismo” e o “imobilismo” eram incapazes de conduzir à revolução. Segundo Koselleck, “o que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, o *incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas*”.²⁷ Para os guerrilheiros, era possível aprender com o passado e dele retirar lições, que guiariam a prática política: os “erros” e “falhas” das tradicionais lideranças políticas não deveriam ser repetidos. Era preciso uma nova forma de luta – a luta armada.

Com base nestas concepções, formuladas a partir de um “espaço de experiência”, a luta armada propiciava para estas esquerdas alternativas um novo *horizonte de expectativas*. De acordo com Koselleck, horizonte “quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada”.²⁸ Para as esquerdas armadas latino-americanas, a *revolução* estava em seu *horizonte de expectativas*.

Este horizonte revolucionário esteve estampado nas publicações clandestinas das organizações armadas do Cone Sul. Na medida em que a imprensa nos permite conhecer “as inflexões da época e as nuances da conjuntura”²⁹, o mergulho no universo dessas páginas revolucionárias, em especial na revista *Che Guevara*, nos possibilita reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação dos grupos guerrilheiros *setentistas*.

As páginas da revista *Che Guevara* configuram-se, portanto, em uma rica fonte de pesquisa para os historiadores, na medida em que representam um dos mecanismos de participação política das organizações armadas, em especial de grupos que defendiam projetos revolucionários que transcenderam fronteiras. Através de seus textos, carregados de tinta rebelde, podemos entrever as lutas políticas, sociais e ideológicas que marcaram a década de 1970 na América Latina e, sobretudo, vislumbrar as ideias revolucionárias que coloriram o horizonte das esquerdas armadas de *nuestra América*.

Notas de Referência

* Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) sob orientação da prof^a dr^a Samantha Viz Quadrat; Mestre em História Social também pela UFF; Bolsista

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); professora de História da América da Universidade Castelo Branco (UCB). E-mail: belprisk@hotmail.com.

¹ DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: A imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

² ABREU, Alzira Alves de. “Acontecimento e mídia”. In: MOREL, Marco & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (orgs.). *Anais do Colóquio História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 62.

³ MOREL, Marco. “O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais”. *Maracanã*. Rio de Janeiro: UERJ, Ano III, nº 3, p. 20, janeiro 2005 março 2007.

⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR”, *Che Guevara – órgão da JCR*, nº 1, edição em espanhol, 01 de novembro de 1974, p. 3.

⁵ A partir de 1967, Fidel Castro consolidou o caminho de aproximação com a União Soviética – que se opunha às tentativas de desencadeamento da revolução na América Latina – e assumiu a construção do socialismo em um só país. Ambiguamente, no entanto, Fidel Castro também incentivava a impulsão da revolução pelo chamado Terceiro Mundo. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 14-16.

⁶ GUEVARA, Ernesto “Che”. “Mensagem aos povos da Tricontinental” (1967). In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 305. Grifos nossos.

⁷ A partir de 1970, quando o socialista Salvador Allende assumiu a presidência da República, o Chile, além de um lugar de refúgio, sobretudo em vista das várias ditaduras militares que já se espalhavam pela América do Sul, tornou-se um espaço fundamental de trocas políticas para os militantes da esquerda armada sul-americana.

⁸ Foge aos limites e propósitos deste artigo remontar a história da luta armada na América do Sul, apresentando um vasto histórico dos principais grupos da esquerda armada sul-americana. Para saber mais, cf: BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1981.

⁹ MARCHESI, Aldo. “Geografias de la protesta armada, guerra fría, nueva izquierda y activismo transnacional en el cono sur: o ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria (1972-1977)”. Disponível em: < http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/2j_marchesi.pdf>. Acessado em 05/09/2011, p. 8

¹⁰ LENIN, Vladimir *apud* WORONTZOFF, Madeleine. *Nome: Lenine. Profissão: Jornalista. Lenine e a imprensa revolucionária*. Lisboa: Antídoto, 1977, p. 19.

¹¹ MARTINS, Angela Maria Roberti. “Palavras e imagens que fazem sonhar: imprensa libertária e representações da revolução social (A Plebe – 1919)”. *Maracanã*. Rio de Janeiro: UERJ, Ano III, nº 3, p. 69, janeiro 2005 março 2007.

¹² *Ibidem*, p. 58.

¹³ KOSSOY, Boris. “O jornalismo revolucionário ilustrado”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo*

DEOPS (1924-1954). São Paulo: Ateliê Editorial; Arquivo do Estado, 2003, p. 12.

¹⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Apresentação”. *Che Guevara*, nº 1, 2ª edição em português, 23 de julho de 1975, p. 4. A edição em espanhol foi lançada anteriormente, em novembro de 74.

¹⁵ *Ibidem*, p. 7.

¹⁶ MATTINI, Luis *apud* DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 91.

¹⁷ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Desarmemos a JCR 1”. *Che Guevara*, nº 2, edição em português, abril-maio de 1975, p. 29. A edição em espanhol foi lançada anteriormente, em fevereiro de 1975.

¹⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Imprensa irreverente, tipos subversivos”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Arquivo do Estado, 2003, p. 42.

¹⁹ *Ibidem*, p. 41.

²⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Por la revolucion socialista em el camino del Che”. *Che Guevara*, nº 3, edição em espanhol, outubro-dezembro de 1977, p. 71.

²¹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Che Guevara”. *Che Guevara*, nº 3, edição em espanhol, outubro-dezembro de 1977, p. 1.

²² Estas esquerdas alternativas e radicais, que ficaram conhecidas como “novas esquerdas”, surgiram, ao longo das décadas de 1960 e 1970 em quase todo o mundo ocidental, em oposição aos partidos comunistas tradicionais e seus modelos clássicos de atuação política.

²³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 309-310.

²⁴ *Ibidem*, p. 310.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*, p. 312. Grifos nossos.

²⁸ *Ibidem*, p. 311.

²⁹ WINOCK, Michel. “As ideias políticas”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 282.

